

# Violências de gênero, sexualidade e educação física escolar: como essa questão social vem sendo tratada no contexto escolar

<https://doi.org/10.11606/issn.1981-4690.v35inespp63-70>

Marcela Albertini Balbino\*  
Priscila Carla Cardoso\*  
Débora Cristina Fonseca\*

\*Instituto de Biociências,  
Universidade Estadual  
Paulista, Rio Claro, SP,  
Brasil.

## Resumo

Em busca de tornar a sociedade mais democrática, tem sido cada vez mais recorrente as discussões que giram em torno da violência escolar, principalmente sobre as desigualdades que afetam determinados grupos. Neste trabalho em específico, o objetivo é de entender, a partir de uma amostra de periódicos, como as aulas de Educação Física Escolar (EFE) tem contribuído para o tratamento das violências de gênero e sexualidade dentro da realidade escolar. Os procedimentos metodológicos utilizados foram baseados em uma pesquisa bibliográfica, sob perspectiva qualitativa. A coleta de dados consistiu no levantamento da produção bibliográfica que versavam sobre violências de gênero e sexualidade em aulas de EFE dos últimos dez anos, extraídos da Base de dados Scielo. Os dados foram organizados através da análise de conteúdo e divididos em 5 categorias, buscando conhecer o que está contido por trás das palavras do objeto de estudo. Os resultados encontrados foram de 24 artigos, em que 23 deles pertencem a categoria inicial denominada Representações sociais do corpo, sendo 7 os que se enquadram apenas nesta categoria. Desta, emergem outras categorias como: Formação de Professores com 5 artigos; Conteúdos da EFE com 8; Prática Educativa com 2 e Violência Escolar com 2. Estes, indicam que aulas de EFE são tidas como importante instrumento para a maximização das diferenças entre os escolares através de seus conteúdos. Pautados em uma visão biológica de corpo, não consideram que ele é resultado das transformações sociais, culturais e históricas de nossa sociedade. Portanto, é preciso que a EFE repense seu trabalho educativo em busca de assegurar os direitos humanos de todos os escolares que adentram as escolas, principalmente os que não atendem a heteronormatividade.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação; Direitos humanos; Heteronormatividade; Práticas educativas.

## Introdução

### Direito à educação

Nos últimos anos, tem sido cada vez mais recorrentes as preocupações que permeiam a realidade escolar sobre a democratização do ensino no Brasil. Mesmo com todo o esforço para a garantia de direitos, as desigualdades sociais ainda estão longe de serem erradicadas. Considerando a Educação como um dos direitos de todo cidadão, é preciso que esse seja contextualizado em sua evolução histórica, a partir de avanços e retrocessos que são resultantes da própria civilização humana.

Os direitos em nossa sociedade é fruto de lutas que o homem trava por sua própria emancipação e transformação das suas condições de vidas. Sendo consolidadas a partir do documento chamado Declaração Universal dos Direitos Humanos de

1948, ratificada pela Declaração Universal de Direitos Humanos de Viena, em 1993. Estas declarações introduzem a concepção de direitos universais e indivisíveis, que surgem do processo de efetivação da validade universal dos direitos humanos dado pelo reconhecimento de legislações positivas de direitos que são considerados inerentes a pessoa humana.

No Brasil, as discussões que giram em torno da democratização da educação, só foram surgir a partir da Constituição Federal de 1988<sup>1</sup> e mais tarde, reafirmados pela LDB 9394/96<sup>2</sup>. Porém, as desigualdades educacionais são evidentes e expressas em todos os níveis de escolarização. Essa exclusão é confirmada pelo acesso e qualidade do ensino ofertado para os diferentes grupos e classes sociais existentes em nossa sociedade, que se vinculam

também às desigualdades socioeconômicas, de raça, gênero e sexo, sexualidade e territoriais.

Por isso, é preciso que o direito a uma “Educação para todos” seja efetivado por meio de práticas educativas que busquem romper com a lógica estigmatizada dos escolares que adentram as escolas públicas do Brasil. Deste modo, a educação escolar deve atuar como “atividade mediadora no seio da prática social global” (p. 83)<sup>3</sup>, levando em consideração de que a prática pedagógica transformará esta realidade “não de forma imediata, mas sim pela mediação da transformação dos sujeitos da prática social” (p. 3)<sup>4</sup>.

Em suma, a escola deve ao colocar a formação humana que entende a educação como um direito, para então nos aproximarmos de uma educação e atuação de sujeitos participativos e solidários, conscientes de seus deveres e direitos. Possibilitando, assim, que todos os indivíduos possam construir uma sociedade mais democrática, que visa o “respeito à dignidade humana através da promoção e vivência dos valores de liberdade, justiça, igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância e da paz” (p. 1)<sup>5</sup>. Tornando-se sujeitos atuantes na luta pela transformação do modo de produção capitalista e superação das relações sociais desiguais da nossa sociedade.

### **Violência escolar**

Ao compreender que o direito a educação não tem sido efetivado para todos, fica evidente que os tipos de violência na escola não se referem apenas à agressão física, mas também a situações não consideradas, muitas vezes, violência que são a expressão da violência moral, chamada também de violência simbólica ou violência institucional<sup>6</sup>. Sendo um termo bastante complexo e que perpassa por questões sociais, econômicas e de políticas nacionais, que refletem na dificuldade do ambiente escolar em confrontar os diversos contextos, realidades sociais e os tipos de violência oriundos em cada um desses espaços.

Para que tenhamos uma delimitação das violências advindas do ambiente escolar, CHARLOT<sup>7</sup> faz distinções conceituais sobre a violência *na* escola, a violência *à* escola e a violência *da* escola, sendo a primeira, aquela que se produz no espaço escolar, sem ter relação com a instituição; a segunda, ligada à natureza e às atividades da instituição escolar, e a última, a violência institucional e simbólica. Tornando evidente que, ao mesmo tempo em que os jovens são os principais autores dessa violência, seja

*na* e *à* escola, eles também são as principais vítimas de violência *da* escola. Ela ainda aponta que os autores e as vítimas dessas violências se assemelham em grande parte por se tratarem de jovens fragilizados que possuem dificuldades familiares, sociais e escolares.

### **Gênero, sexualidade e educação física escolar**

Dito isso, ao considerar que a escola democrática é fundamental para o acesso e promoção da igualdade de direitos e deveres, é preciso que se parta da premissa das transformações sociais de nossa sociedade. Em que todas elas, foram construídas e modificadas levando em consideração o contexto histórico em que aconteceram. Essas transformações sociais também atingem as representações sociais dos corpos, com novas formas de relacionamentos e estilos de vida. Com a possibilidade de transgressão de algumas antigas certezas e fronteiras sexuais, surgem novas “formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer” (p. 10)<sup>8</sup>. Que afetam as formas de construir e viver diferentes identidades de gênero e sexualidade, sendo produzidos e também resultados da própria cultura.

Atingindo diretamente as pessoas que não estão enquadradas na lógica de normalidade existente, em que os gêneros e as sexualidades são dados como parte da natureza biológica dos sexos não considerando os aspectos de transformação histórica e social. Por conta disso, as consequências da não superação dos significados atribuídos historicamente, são as ainda visíveis diferenciações feitas entre homens e mulheres, e ainda maiores para aqueles e aquelas que percebem que seus interesses e desejos são distintos na norma heterossexual.

Evidenciando que as diferenças de gênero e sexualidades são reforçadas por nossa sociedade, e sobretudo no contexto escolar, as aulas de Educação Física Escolar (EFE) acabam por contribuir para que as oportunidades de participação em relação aos esportes não sejam igualmente partilhadas por todos. Consequentemente, por meio do esporte, a EFE é considerada um espaço de virilidade, associadas à imagem masculina do esporte. Portanto, não se trata, porém, de qualquer masculinidade, mas “à imagem de um homem forte, violento e vitorioso” (p. 79)<sup>9</sup>.

Sendo assim, a Educação Física acaba apresentando uma característica bastante comum em suas aulas, em que os níveis de participação entre os escolares não são partilhados de forma igualitária. Acabam, com isso, legitimando as representações sociais pautadas em questões biológicas, sem considerar que essa, perpassam questões psicológicas, sociais,

históricas e culturais<sup>10</sup>. E, portanto, não sendo possível entender os corpos como homogêneos, mas sim como “corpos múltiplos, ambíguos, inconstantes e diferentes” (p. 74)<sup>11</sup>.

Mesmo sendo uma temática emergente o tratamento das questões de gênero e sexualidade nas aulas de EFE, realizar tais questionamentos nem sempre implica desfazer-se completamente deles. Mesmo a homofobia sendo amplamente comentada no mundo contemporâneo, no ambiente escolar ela continua sendo um dos últimos preconceitos ainda tolerados<sup>12</sup>. Em específico nesta disciplina, as práticas esportivas na escola são utilizadas como mecanismos que ensinam jovens a desenvolverem e provarem a sua masculinidade. Expressando, por meio da homofobia com agressões verbais e/ou físicas aos sujeitos que resistem a se adequar à heteronormatividade<sup>12</sup>.

Diante disso, é preciso que o espaço educacional, sobretudo as aulas de EFE se construam em

um exercício de resistência aos processos de discriminação e exclusões no espaço da educação<sup>12</sup>. Pois muito além das violências que ocorrem à e da escola, é preciso classificar a violência ocorrida na escola considerando as “múltiplas fontes de tensão, sociais, institucionais, relacionais, pedagógicas, que hoje agitam a escola” (p. 439)<sup>7</sup>. Sendo urgente o rompimento com a omissão e o silenciamento dessas violências no ambiente escolar.

Portanto, a pesquisa a ser apresentada a seguir pretende, a partir das produções científicas dos últimos 10 anos investigar, dentro da realidade escolar, sobretudo nas aulas de EFE, as violências oriundas nesse espaço e as desigualdades existentes no acesso às práticas esportivas e suas consequências, tanto para meninos como meninas, como aos que não atendem a heteronormatividade. Tornando possível identificar de que maneira essas violências têm sido tratadas no âmbito de pesquisas em EFE.

## Metódo

No intuito de atender a demanda do presente estudo, foi desenvolvido uma pesquisa bibliográfica, que consiste em um conjunto ordenado de procedimentos metodológicos de busca por soluções do problema, atento ao objeto de estudo. Esse método de pesquisa “permite ao investigador uma gama de fenômenos muito mais ampla do que poderia pesquisar diretamente” (p. 45)<sup>13</sup>. O desenvolvimento dessa pesquisa tornou-se possível a partir da pesquisa qualitativa social<sup>14</sup>, dando possibilidade concreta de tratarmos de uma realidade na qual nós próprios, enquanto seres humanos, somos agentes.

É importante ressaltar que a pesquisa ainda está em andamento em fase de conclusão. A busca e levantamento dos artigos analisados foram feitos por meio dos descritores: “gênero and educação física and educação”; “gênero and educação física escolar”; “violência and gênero and educação física”; “violência and educação física escolar”; “violência and educação física and educação”; “preconceito and gênero and educação física”; “exclusão and educação física” e “educação física and sexualidade”. Para tanto, foi utilizada a base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), com uma busca avançada que filtrou os materiais encontrados escritos em Português nos últimos 10 anos, extraindo com essa busca 230 artigos.

Depois, buscou-se fazer as escolhas dos materiais a serem analisados, lendo os resumos dos artigos baseados nos objetivos dessa pesquisa foram encontrados 54 artigos, dos quais 26 deles se repetiam entre os descritores de busca. No total 28 artigos foram selecionados, 3 deles ainda foram descartados por se tratarem de resenhas de livros, e um deles por destoar dos objetivos. Portanto, a escolha dos documentos relacionados a temática resultou na análise de 24 artigos.

Após a obtenção de dados, estes foram analisados a partir da Análise de Conteúdo<sup>15</sup>. Este tipo de análise, procura conhecer o que está por trás das palavras do objeto de estudo. Sendo mais que uma leitura cotidiana sobre as comunicações, é uma forma sistemática e objetiva de alcançar novas interpretações, baseadas em indicadores gerados a partir da descrição analítica do material investigado.

Com o material coletado, a primeira fase desse método consistiu na Pré-Análise, feita as unidades de registro de palavras que continham indicadores que versavam conceitualmente sobre os objetivos deste trabalho. Na fase de Exploração, foi realizada a elaboração das categorias com base nos indicadores do material criadas a priori e a posteriori, combinando os dois processos. Com base nestes, criou-se cinco categorias, tendo em vista as temáticas encontradas. São elas: 1) Representações sociais do corpo;

2) Formação de Professores (Inicial ou Continuada);  
3) Conteúdos da Educação Física Escolar 4) Violência Escolar e 5) Práticas Educativas.

Por fim, o tratamento e a interpretação dos dados foram pautados no referencial teórico desta pesquisa, que versa sobre educação e violência Saviani (1989);

Duarte (2007); Benevides (2001); Pino (2007); Charlot (2002); Arroyo (2015). Ao que se refere às questões de gênero e sexualidade em aulas de EFE com Louro (2001); Altmann (2015); Goellner (2010); Prado; Ribeiro (2010) e Dinis (2011).

## Resultados

Os resultados encontrados em cada categoria emergiram da frequência e predominância de cada conceito que versavam sobre gênero, sexualidade, estereótipos, bullying, inclusão/exclusão, violência e idade.

A partir delas, criou-se as categorias emergentes deste trabalho, em que 23 dos trabalhos analisados abordam as representações sociais do corpo, sendo essa a categoria inicial. A partir dela, outras categorias finais emergem de forma coexistente, sendo 5 os que se relacionam com a Formação de professores (inicial ou continuada), 8 com os conteúdos da EFE, 2 sobre a prática educativa e 2 sobre a violência escolar.

### Representações sociais do corpo

Dos 23 artigos que compõe essa categoria, apenas 7 tiveram suas temáticas centradas unicamente nela. Esses, possuem duas perspectivas de análise: uma relacionada as construções sociais dos gêneros e sexos, outra abordando as questões das sexualidades. Sendo 4 os que abordam as questões de gênero, e outros 3 que tratam também sobre a sexualidade.

As discussões presentes nos artigos que tematizam as questões de gênero, vão desde uma revisão em que são feitos apontamentos sobre esses estudos na EF do Brasil, até a busca de identificar e entender as diferenças e semelhanças das representações sociais do corpo, ora centrado na construção de masculinidades e feminilidades com diferenças de habilidades motoras, ora em diferenças entre os gêneros considerando os padrões estéticos de corpo.

Em outra perspectiva que trata sobre as questões das sexualidades, fazem relação de conceitos que se integram entre gênero, classe, raça e orientação sexual. Esses, consolidados pela produção discursiva da heteronormatividade, também faz relação a partir da intersecção regional com gênero, sexualidade e lugar. Mesmo os trabalhos apresentando tais críticas

quanto aos “problemas” de gênero, não avançam, na maioria da vez, no sentido de romper fronteiras que entendam que gênero e sexo são termos produzidos na e pela história inscritos em uma matriz heterossexual.

### Formação de professores

Adentrando em outra categoria importante para a compreensão das discussões em torno das representações sociais do corpo, outros 5 trabalhos estão associados a temática central que trata da formação de professores. O foco dos trabalhos desta categoria, divide-se entre formação inicial e continuada, sendo 3 os que abordam a formação inicial de futuros professores e outros 2 com docentes que atuam nas escolas e se encontram em uma formação continuada.

As temáticas dos trabalhos relacionam-se aos currículos de formação de professores de EFE, fazendo apontamentos da construção histórica da disciplina fortemente impactado por abordagens biológicas de corpo. Resultando em uma carência do tratamento sobre as temáticas de gênero e sexualidade durante a formação inicial, apontando ser necessário a existência de tais discussões que estejam focadas em uma educação voltada para a diversidade.

Além das discussões apontadas serem essenciais para o rompimento com marcadores sociais das diferenças, outro artigo também propõe que é preciso que os professores tenham clareza sobre a importância de considerar as questões de gênero para o planejamento e desenvolvimento de seus conteúdos a partir de aulas mistas. Confirmado por outro estudo de que muitas vezes é percebido a reprodução da (hetero)normalização do gênero e da sexualidade em articulação com a idade que partem dos próprios professores de EFE, que acabam por fortalecer e reafirmar o pressuposto unilinear sexo-gênero-prática heterossexual como norma a partir da adolescência.

### Conteúdos da educação física

Esses trabalhos, ora foram extraídos das perspectivas dos alunos, ora com o foco na prática docente dentro das aulas de EFE. Os resultados obtidos a partir desta categoria apontam de que ainda é bastante presente a predominância da perspectiva hegemônica de EFE, que acabam impondo a lógica dos mais “fortes” sobre os mais “fracos”, evidenciando a manutenção dos estereótipos construídos em relação aos gêneros e aos movimentos. Aspectos esses que são justificados a partir de um viés biológico para a diferenciação e separação entre meninas e meninos durante as aulas.

Partindo do pressuposto de que as representações dos corpos se deram devido aos aspectos sociais e históricos, os professores de EFE acabam produzindo e reproduzindo essas representações por meio dos conteúdos das práticas escolares. Através de certos estereótipos de que determinadas práticas são destinadas a um ou outro tipo de corpo. Presentes na construção histórica que a instituição escolar e a disciplina de EF produzem sobre a ginástica e o esporte, que confirmam o ritual de confirmação da virilidade e da preservação da matriz hetero.

Outros trabalhos indicaram, por sua vez, a necessidade de as aulas de EFE proporcionarem práticas corporais que construam meninas e meninos capazes de aprender a vivenciar o corpo e os gestos de forma diversificada. Devendo ser considerada como um componente curricular importante a superação de estereótipos de gênero e sexualidade, visto que trabalha diretamente “com o corpo” e “no corpo”.

### Violência escolar

Chegando à questão da violência, conceito tão importante para a interpretação de nossa análise, foram encontrados apenas 2 artigos que tem suas temáticas voltadas para a violência escolar. Ambos os trabalhos buscam identificar o *bullying* e violência ocorridas no ambiente escolar partindo da perspectiva dos alunos. Um deles perpassa também pelas questões de gênero e o outro sobre as violências ocorridas nas aulas de EFE de modo geral.

Ao considerar que nas aulas de EFE apresentam dois tipos de alunos, o trabalho que tem relação com gênero busca verificar as percepções do *bullying* em aulas mistas de EFE, indicando que na percepção dos meninos o *bullying* é maior em aulas separadas por sexo, enquanto as meninas acreditam que as maiores ocorrências sejam em aulas mistas. No mesmo sentido, mas não com foco nas questões de gênero, o outro trabalho busca identificar quais são as manifestações e consequências de situações de violência e *bullying* nas aulas de EFE. Portanto, os resultados dos artigos indicam relações assimétricas de poder entre agressor e vítima, que acarretam em efeitos negativos que vão desde o baixo rendimento escolar, como a baixa autoestima na vida adulta.

### Prática educativa

Na tentativa de encontrar as alternativas que vem sempre proposta pela EFE para o tratamento das questões de gênero e sexualidade, a última categoria analisada foi assim denominada por conter exemplos de práticas educativas implementadas para o tratamento dessa questão social no âmbito escolar. Apenas dois artigos foram encontrados nessa categoria, um deles foi extraído de um projeto de extensão interdisciplinar realizado em escolas estaduais por profissionais da saúde, como EF, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional. Outro, que busca levantar como se dão as relações de meninos e meninas em aulas mistas por meio de diversos conteúdos da EFE.

O trabalho realizado por meio de um projeto de extensão, destaca os aspectos positivos ao se trabalhar com a “Oficina das diferenças” para promoção e o reconhecimento da diversidade, da importância das diferenças e seus diversos significados para manutenção da condição e da dignidade humana para todas as pessoas. Confirmado também através de outra pesquisa, apontam que a diversificação de conteúdos pode interferir positivamente nas relações de gênero e seus impactos no processo de ensino/aprendizagem nas aulas.

## Discussão

Devido à emergência as questões de gênero e sexualidade nos últimos anos, a pesquisa pode contribuir cientificamente para que se tenha um panorama geral de como a disciplina tem avançado, para que se possa contribuir no tratamento dessas questões no cotidiano escolar. E ainda, apontar a relevância social sobre o tema a fim de que possamos discutir possibilidades de intervenção de modo que essas desigualdades sejam atenuadas entre os escolares, reafirmando o compromisso por meio de práticas educativas que busquem uma escola mais democrática, para que atuam na garantia dos Direitos Humanos, sobretudo o direito à educação de todo e qualquer cidadão.

Por meio dos artigos analisados, fica evidente que as problemáticas que envolvem as representações sociais dos corpos, com foco nas questões de gênero e sexualidade na EF brasileira, ainda apresentam consequências visíveis em nossa sociedade. Tanto na diferenciação social e histórica dos corpos, como por comportamentos sociais, estéticos e de habilidades atribuídos com diferença para homens e mulheres. Isso tudo amparado e justificado pelo viés biológico ainda tão presente na EFE, que faz a diferenciação entre os gêneros com base no sexo, não levando em consideração que o próprio termo emergiu a partir de um determinado contexto histórico.

Ao não considerar o contexto histórico na produção e reprodução de sentidos e significados de masculinidade e feminilidade, também serão produzidas diferenças pautadas na aptidão física dos indivíduos. Esse aspecto, tão importante para a EFE pautado no viés biológico, acaba por segregar e excluir aqueles que não atendem aos critérios de habilidades motoras suficientes durante as aulas. Como resultado disso, não é possível afirmar que as exclusões nas aulas dessa disciplina sejam apenas de gênero, pois elas consistem em um “emaranhado de exclusões” (p. 97)<sup>9</sup> que se articulam com outras categorias como classe, etnia, gênero, geração, orientação sexual, religião, entre outros<sup>16</sup>.

Evidenciando que apesar de todo o esforço nos últimos anos, na tentativa de tornar a educação como um direito de todos, esse feito ainda está longe de acontecer no imaginário social e sobretudo, no contexto escolar. Principalmente pelas diferenças anatômicas e sociais que são reforçadas quando compreendem os sexos, os gêneros e as sexualidades em relações binárias. Ao dicotomizar esses termos, uma generalização de comportamentos também

são feitos no interior das aulas e sendo utilizadas constantemente como justificativas para a separação/diferenciação entre os indivíduos durante as aulas de EFE. Essa análise, percebidos por meio da categoria que tematiza a Formação de Professores, tanto a nível inicial como na continuada, indicam que esses termos apresentam confusão de significado na sociedade, e consequentemente no ideário dos professores que, por sua vez, refletem nos conteúdos.

Em relação a discussão da categoria que tematizam os Conteúdos da EFE, parece que os professores de EF possuem certa dificuldade em romper com determinados preconceitos e propor uma prática educativa que proporcione as mesmas oportunidades a todos os alunos, tanto meninas e meninos, como as mulheres lésbicas, mulheres e homens bissexuais, travestis, transsexuais e pessoas não binárias. Sendo necessário a problematização e compreensão que o corpo não é apenas determinado biologicamente, mas construídos culturalmente em função de valores sociais que estão continuamente em transformação<sup>17</sup>. Além de poucas produções científicas sobre a temática, parece haver uma defasagem na formação de professores de EF no que concerne a educação para diversidade.

Considerando os direitos e deveres de todos os envolvidos no contexto educativo, por meio da categoria que tematizava a questão da violência foi possível identificar como e de que forma elas tem ocorrido. Pelo pouco resultado de artigos encontrados com essa categoria, é possível inferir que a pouca aparição desse conceito nos trabalhos refletem a escassez de analisar a fundo como tais violências têm ocorrido no contexto escolar. Indicando nesse sentido que parece existir tanto expressões de violência física entre os escolares durante as aulas, como de violência simbólica<sup>6</sup> por parte dos professores ao reproduzirem preconceitos e estereótipos socialmente construídos, colaborando para que ocorram as violências *da escola*<sup>7</sup>.

No intuito de efetivar a garantir de direitos à educação e a formação humana de todos os estudantes, a categoria que tematizavam práticas educativas positivas dentro do contexto escolar foi encontrada em apenas dois trabalhos. Sendo possível fazer outra inferência que apontam que o foco central das pesquisas sobre as questões de gênero, sexualidades e violência, não tem sido sobre as práticas educativas. Os artigos analisados em todas as categorias trazem apontamentos, dados e críticas

importantes para a contribuição de tais pesquisas na área, mas ainda deixam a margem a efetivação de propostas para modificar a desigualdade cada vez mais crescentes na participação entre os alunos nas aulas de EFE.

Sendo responsabilidade da escola efetivar o direito a educação, é preciso acreditar que mesmo diante dos processos brutais de desumanização e exclusão que tais grupos têm enfrentado, o ser humano é viável<sup>18</sup>. Considerando uma formação humana que tenha como foco a dignidade humana de todos os escolares, que vise a promoção da cidadania por meio da construção moral e ética que permeia nossa sociedade. Compreendendo que todos são iguais em direitos e deveres, e por isso, é preciso um olhar mais atento para as dinâmicas que ocorrem entre os

sujeitos na/da escola para superação de tais violências na promoção e garantia de direitos.

A guisa de conclusão, é preciso que a EFE esteja comprometida em assegurar os direitos humanos de todo cidadão, com ênfase na educação para diversidade. Para que isso seja possível é preciso que exista uma rede de proteção na garantia de direitos, que vão desde a família e todos os envolvidos no ambiente escolar. Nesse sentido, a Educação em Direitos Humanos, norteados pela resolução MEC/CNE nº 1 de 30 de maio de 2012<sup>19</sup> que estabelece as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, pode ser colocada como uma alternativa positiva “para o reconhecimento, a prevenção e o enfrentamento das diferentes situações de violência a que está exposta a população infantojuvenil” (p. 260)<sup>20</sup>.

## Abstract

Gender violence, sexuality and school Physical Education: How this social issues is going on in the school context

In order to make society more democratic, discussions that revolve around school violence, especially about inequalities that affect certain groups, have been increasingly recurrent. In this specific paper, the objective is to understand, from a sample of journals, how the School Physical Education (SPE) classes have contributed to the treatment of gender and sexuality violence within the school reality. The methodological procedures used were based on a literature search, from a qualitative perspective. The data collection consisted of a survey of the bibliographic production that involves gender and sexuality violence in SPE classes of the last ten years, extracted from the Scielo database. The data were organized through content analysis and divided into 5 categories, seeking to know what is contained behind the words of the object of study. The results found were 24 articles, in which 23 of them belong to the initial category called Body's Social Representations, 7 of which fall only in this category. From this, other categories emerge, such as: Teacher Training with 5; SPE Contents with 8; Educational Practice with 2; and School Violence with 2. These, indicate that SPE classes are considered as an important instrument for maximizing the differences between students through their content. Based on a biological view of the body, they do not consider it as a result of social, cultural and historical changes in our society. Therefore, SPE needs to rethink its educational work in order to ensure the human rights of all students who enter schools, especially those who do not fulfill heteronormativity.

KEYWORDS: Education; Human rights; Heteronormativity; Educational practice.

## Referências

1. Brasil. Constituição Federal 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 7 dez 2020.
2. Brasil. Ministério da Educação. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 3 dez 2020.

3. Saviani D. Escola e Democracia. São Paulo, Cortes e Autores associados, 21a. ed, 1986.
4. Duarte N. Educação Escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. 4ª Ed. Campinas: Autores Associados, (Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 55), 2007.
5. Benevides MV. Educação em Direitos Humanos: de que se trata? Palestra de Abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>. Acesso em: 3 dez 2020.
6. Pino A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. Educ Soc. 2007;28(100):763-785.
7. Charlot B. A violência na escola: como sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias. 2002; 8(4):432-443.
8. Louro GL, et al. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: 2a. ed. Autêntica, 2001.
9. Altmann H. Educação Física Escolar: relações de gênero em jogo. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
10. Prado VM, Ribeiro AIM. Gêneros, sexualidades e Educação Física escolar: um início de conversa. Motriz. 2010;16(2):402-413.
11. Goellner SV. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. Cad Formação Rev Bras Ciên Esporte. 2010;1(2):71-83.
12. Dinis NF. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. Educar Rev. 2011;39:39-50.
13. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
14. Minayo, MCS et al. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 21a. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
15. Bardin L. Análise de conteúdo. 3a. Lisboa: Edições, v. 70, 2004.
16. Louro GL. Nas redes do conceito de gênero. Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 7-18.
17. Daolio J. Cultura: educação física e futebol. 2a ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003; 107-119.
18. Arroyo MG. O humano é viável? É educável? Rev Pedagógica. 2015;17(35):21-40.
19. Brasil. ME. Conselho Nacional de Educação. Conselho pleno. Resolução nº 1, de 12 de maio de 2012. Brasília, DF.
20. Eyng AM. Direitos humanos e violência nas escolas: desafios do trabalho em rede. RPE. 2013;26(2):245.

ENDEREÇO

Marcela Albertini Balbino  
Universidade Estadual Paulista  
Departamento de Educação Física  
Rio Claro - SP - Brasil  
E-mail: [marcela.balbino@unesp.br](mailto:marcela.balbino@unesp.br)

Recebido: 10/12/2020

Aceito: 18/12/2020